

Mais de um milhão de pessoas estão endividadas na RMC

Edimarcio A. Monteiro
edimarcio.augusto@rac.com.br

A inadimplência bateu recorde pelo quinto mês consecutivo na Região Metropolitana de Campinas (RMC). O total de pessoas endividadas chegou a 1.054.428 em maio, alta de 4,26% em relação a janeiro, com o valor total de dívidas chegando a R\$ 5,25 bilhões, de acordo com pesquisa divulgada ontem pela Serasa Experian. Em consequência, essas pessoas se afastam do consumo e geram outro reflexo: o crescimento do endividamento das empresas. Segundo a Serasa, o total de pessoas jurídicas com dívidas também bateu recorde e chegou a 6,2 milhões em abril no País. É um crescimento de 2,13% em comparação aos 5,99 milhões de janeiro passado e de 0,12% em relação a março, quando o total era de 6,11 milhões. Embora não existam dados específicos regionais, as empresas da RMC também se deparam com o mesmo cenário.

A cada mês, o número de inadimplentes aumenta na região

Do total de empresas inadimplentes, o setor de serviços representa 52,5%; comércio, 38,3%; indústrias, 7,9%; e setor primário, 0,9%. As micro e pequenas empresas são 90% dos devedores — 5,5 milhões. É nessa situação que se encontra o empresário Alexandre Vitullo Cocholice, sócio-proprietário de um restaurante em Barão Geraldo, que recentemente completou 30 anos. A pandemia da covid-19 fez o estabelecimento permanecer fechado por dois anos, acumulando nesse período dívidas trabalhistas, tributárias, com fornecedores e bancos. A casa foi reaberta há quatro meses, mas com metade do movimento do período pré-pandemia.

"Nós chegamos a pensar em fechar, mas decidimos tentar por três meses e estamos tocando", afirma Cocholice. Entre março de 2020 e o mesmo mês deste ano, o restaurante trabalhou com delivery e venda de marmiteix na porta, em torno de 120 refeições por dia, o que foi insuficiente para pagar as contas. A empresa demitiu durante 48 funcionários o período, sendo 16 de uma unidade que prestava serviço para uma empresa que passou a funcionar em home office.

Sobrevivência difícil

Para manter o funcionamento, os sócios injetaram no estabelecimento parte do faturamento de uma terceira empresa, um restaurante industrial que manteve as operações durante a pandemia. Atualmente, a casa em Barão Geraldo funciona com 20 funcionários, menos da metade do que tinha. No mês passado, o empresário foi surpreendido com um mandado de execução, penhora e avaliação de uma ação de co-



Fotos: Ricardo Lima

A difícil situação econômica das famílias reflete nas empresas: o gerente Felipe dos Santos conta que, para manter a barbearia no Jardim Prouença, teve que fechar outras três unidades

RECORDE

Mais de 1 milhão de pessoas estão endividadas na RMC

Juntas, deixaram de pagar R\$ 5,25 bilhões, segundo pesquisa da Serasa Experian



Advogado Felipe Granito, especialista em recuperação empresarial, teve alta considerável de clientes endividados

brança de dívidas de impostos e da Previdência Social movida pelo governo federal. Para evitar maiores consequências, os sócios negociaram o parcelamento da dívida. Cocholice reclama de falta de apoio e incentivo da União e do governo estadual nesse momento em que as empresas, como a dele, tentam retomar as atividades. "Temos que pagar as contas em atraso e as atuais que continuam chegando,

com metade do movimento", explica. "Isso porque estamos gerando impostos e empregos", completa. Ele defende a criação de um programa com perdão de parte da dívida, prazo de carência para início do pagamento ou cobrança de juros menores para dar fôlego neste momento de retomada. Felipe Evaristo dos Santos, gerente de uma barbearia no Jardim Prouença, diz que adotou medidas para enfrentar a

crise durante o período mais crítico da pandemia de covid-19, até o ano passado. Entre elas, fechou três unidades e manteve apenas uma aberta, substituiu produtos importados por outros nacionais, buscando manter a qualidade, e reduziu os estoques. "Hoje, nós temos um movimento maior do que antes da pandemia. Mas, durante a crise, chegamos a pensar em fechar", diz Santos.

Cresce a procura

O advogado Felipe Granito, especialista em recuperação empresarial, teve uma alta considerável no número de clientes do setor serviços. De sete em 2020, saltou para atuais 108, ou seja, 15 vezes a mais, que representam cerca de 80% dos clientes do escritório. "Antes, eram principalmente indústrias e grandes empresas", diz. "É importante que se busque o auxílio enquanto ainda é possível a recuperação, sem que seja necessário chegar a medidas mais drásticas, como a recuperação judicial, um procedimento jurídico mais complexo e que dificilmente tem resultado positivo", explica. Granito diz que, em uma negociação, é possível conseguir descontos, principalmente com bancos.

Para o coordenador do curso de Economia da Faculdade de Campinas (Facamp), José Augusto Gaspar Ruas, o aumento da inadimplência dos consumidores, que acaba afetando as empresas, é resultado de três fatores que corroem o poder aquisitivo da população: queda no valor dos salários, alta da inflação e aumento da taxa de juros. "Isso faz com que muitas pessoas tenham de escolher entre pagar uma conta ou comer. Elas escolhem atrasar a conta", diz o economista.

Esse quadro afasta as pessoas do consumo por ficarem privadas de obter crédito ao ter o nome negativado na praça ou cortar o que consideram supérfluo para equilibrar o orçamento doméstico. Para Ruas, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios deverá injetar em torno de R\$ 42 bilhões na economia e evitar a recessão econômica neste segundo semestre, o que deve evitar a continuidade do aumento da inadimplência.

A PEC prevê aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, benefícios para caminhoneiros, taxistas e outras medidas. Porém, o economista ressalta que os pagamentos irão somente até dezembro, o que terá reflexos negativos no primeiro semestre de 2023. "Essa PEC, no meu entendimento, é para ganhar a eleição. O próximo presidente vai ter um primeiro semestre com muitos problemas, bastante intenso", diz.

Ruas critica a política do governo de aumentar a Selic, que é a taxa básica de juros, atualmente em 13,25%, para tentar conter a inflação. "Eles estão tratando uma gripe com veneno", afirma. O economista explica que a medida reduz o consumo e prejudica as empresas, que já estão atuando em ritmo abaixo do esperado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 4